



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DIRETORIA-GERAL**

**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DE DELIBERAÇÃO DO
CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DA UNIÃO – 2022.**

Em 03 (três) de junho de 2022, às 18h01min, o Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) Alcides Martins, valendo-se de meio virtual, na forma prevista no Estatuto da ESMPU (art. 9º, § 3º), realizou a 6ª sessão extraordinária de deliberação do Conselho Administrativo (CONAD) para análise de 08 (oito) atividades acadêmicas propostas para integrar o Plano de Atividades da Escola em 2022, quais sejam: **1.** Curso de Aperfeiçoamento “A atuação do Ministério Público do Trabalho no Sistema Interamericano de Direitos Humanos” (0.01.000.1.001387/2022-24); **2.** Curso de Aperfeiçoamento “Compreensão e Produção de Textos Jurídicos Escritos: o uso dos sinais de pontuação – relevância” (0.01.000.1.001388/2022-94); **3.** Curso de Aperfeiçoamento “A Cooperação na Investigação e no Combate aos Cartéis” (0.01.000.1.001409/2022-12); **4.** “1º Congresso Concorrencial da Região Sul: Cartéis nos Setores Privados e Públicos” (0.01.000.1.001416/2022-17); **5.** Curso de Aperfeiçoamento “Boas Práticas na Coleta de Vestígios Digitais em Campo” (0.01.000.1.002399/2021-57); **6.** Curso de Aperfeiçoamento “Desafios para as Eleições 2022” (0.01.000.1.001628/2022-16); **7.** Reoferta do Curso de Especialização Lato Sensu "Controle da Administração Pública" (0.01.000.1.001274/2022-68); **8.** Curso de Aperfeiçoamento “Introdução à Comunicação não violenta” (0.01.000.1.001806/2022-60). Com relação à atividade do **primeiro item**, conforme apresenta o projeto pedagógico, o curso de aperfeiçoamento presencial visa a capacitar o público-alvo para compreender os conceitos, mecanismos e atuações no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), os quais podem ser úteis no desempenho de suas respectivas atribuições ministeriais, bem como dar conhecimento acerca das experiências internacionais vivenciadas pelos representantes do MPT na Relatoria Especial sobre direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (REDESCA) da CIDH. A atividade do **item dois**, na modalidade EAD síncrono, busca identificar e aplicar os sinais de pontuação como elementos de coesão textual nos textos jurídicos. A atividade do **item três**, na modalidade presencial, em parceria com o CADE, tem por objetivo propor a discussão dos mecanismos de investigação, a análise probatória, as possibilidades de acordo e a respectiva reparação, no combate aos cartéis no âmbito do setor privado como no ambiente público, especialmente nas licitações públicas. O **item quatro** refere-se a atividade presencial a se realizar em Blumenau/SC que visa analisar as questões atuais da prova nas investigações dos cartéis, além de revisitar os conteúdos dos Acordos realizados nos âmbitos Administrativo do CADE e do processo judicial penal, bem como o estágio atual no Brasil da utilização das Ações de Reparação de Danos Concorrenciais – ARDCs na esfera do processo cível, além de apresentar as tendências atuais no Direito da Concorrência, como a colusão algorítmica, a sustentabilidade e o mercado de trabalho. A

atividade do **item cinco** tem por objetivo capacitar, na modalidade EAD assíncrono, peritos em tecnologias da informação e comunicação do MPF (efetivos e eventuais), bem como os servidores autorizados pela SPPEA a atuar no suporte pericial, para realizar coleta de vestígios digitais em campo durante ações de busca e apreensão. O **item seis** refere-se a atividade acadêmica na modalidade híbrida síncrona que visa promover um momento de diálogo com os Procuradores Regionais Eleitorais, os demais membros do Ministério Público Eleitoral e os servidores que atuam na seara eleitoral, com enfoque em temas considerados relevantes no contexto das Eleições 2022. No **item sete** propõe-se nova oferta do curso de especialização *latu sensu* "Controle da Administração Pública", com início em 2022. No **item oito**, é apresentada proposta para realização de atividade acadêmica presencial com o objetivo de capacitar para a prevenção e minimização das violências laborais mediante ações conjuntas entre os/as integrantes das comissões e/ou comitês e criar um espaço de respeito, confiança e uma cultura de paz, além de proporcionar formas autocompositivas de transformação de conflitos. Observado o prazo fixado para a deliberação, apurou-se que o Conselheiro Guilherme Zanina Schelb (MPF), a Conselheira Júnia Soares Nader (MPT), o Conselheiro Ailton José da Silva (MPM) e o Conselheiro Roberto Carlos Batista (MPDFT) manifestaram-se pela aprovação das atividades propostas, tendo o Diretor-Geral Alcides Martins acompanhado o voto apresentado pelos demais Conselheiros. Por fim, declarou o Diretor-Geral, no mesmo meio virtual – grupo de WhatsApp, composto por todos os membros votantes do CONAD, que a Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação está **AUTORIZADA** a incluir no Plano Anual de Atividades de 2022 da ESMPU todas as atividades tratadas nesta Ata. Nada mais havendo a relatar, eu, Denis Aron dos Santos Magalhães, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da ESMPU, lavrei esta ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho e por mim, devendo ser publicada no sítio eletrônico da ESMPU.



Documento assinado eletronicamente por **Alcides Martins, Diretor-Geral**, em 15/06/2022, às 21:25 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Denis Aron dos Santos Magalhães, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral**, em 15/06/2022, às 22:29 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0342411** e o código CRC **6CD8723B**.